

A história da fundação da Redejuba: entrevista com Lucia Rabello de Castro

The history of the foundation of Redejuba: an interview with Lucia Rabello de Castro

Heloisa Dias Bezerra
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro-Brasil
Beatriz Akemi Takeiti
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro-Brasil
Flávio Munhoz Sofiati
Universidade Federal de Goiás
Goiânia-Brasil
Lila Cristina Xavier Luz
Universidade Federal do Piauí
Teresina-Brasil

Resumo

Novos desafios estão sendo colocados às juventudes brasileiras, no atual cenário político para quem se debruça sobre elas. Em entrevista concedida para o dossiê Juventudes brasileiras e desafios atuais: uma perspectiva interdisciplinar, a professora titular do Instituto de Psicologia da UFRJ, Lucia Rabello de Castro, discorre sobre sua trajetória, que se conecta aos estudos das juventudes, apontando as principais mudanças nacionais e internacionais e as lacunas deixadas nos últimos anos. Como chave de leitura para os estudos e práticas com as juventudes, aponta a interdisciplinaridade como um caminho possível e necessário. A criação da Redejuba, no âmbito nacional, e do Núcleo Interdisciplinar da Infância, Adolescência e Juventude (NIAJ/UFRJ), local, apresentam-se como exemplos para o aprofundamento de temas transversais a esse público.

Palavras-chave: Juventudes; Interdisciplinaridade; Redejuba.

Abstract

Brazilian youths are being posed new challenges in the current political scenario, and the challenge is great for those who delve into them. In an interview for the dossier "Brazilian youths and current challenges: an interdisciplinary perspective", Lucia Rabello de Castro, a professor at the Institute of Psychology at UFRJ, discusses her trajectory, which is connected to youth studies, highlighting the main national and international changes and the gaps that were left in recent years. As a key reading for studies and practices with youth, she points to interdisciplinarity as a possible and necessary path. The creation of Redejuba at the national level and locally the Interdisciplinary Center for Childhood, Adolescence and Youth (NIAJ/UFRJ) present themselves as examples for the deepening of transversal themes for this audience.

Keywords: Youth; Interdisciplinarity; Redejuba.

Equipe Editorial: Nossa entrevistada é a professora Lucia Rabello de Castro, uma liderança proeminente na área de estudos sobre juventudes, com uma importante militância intelectual, acadêmica, de formação de pessoas, de estudantes de todos os níveis, de formação de grupos de pesquisa. Com doutorado e mestrado na área de Psicologia, é professora titular da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e, neste momento, está liderando a fundação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Infância, Adolescência e Juventude (NIAJ) e a criação do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar de Infância, Adolescência e Juventude (PPGIAJ). É cofundadora e primeira presidente eleita (2017-2020) da Redejuba (Associação Nacional Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude); membro do Comitê Executivo da Infância e Juventude da União Internacional de Ciências Etnológicas e Antropológicas (IUAES); presidente eleita (2018-2023) do Comitê de Sociologia da Infância da Associação Internacional de Sociologia (ISA) e editora eleita da *newsletter* desse comitê (2014-2018); membro de conselhos editoriais de periódicos nacionais e internacionais no campo da infância e juventude, como *Childhood*, *Young* e outras. É também editora chefe da *Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude - Desidades*. Nós não poderíamos deixar de começar esta nova iniciativa da Redejuba, que é a produção editorial, sem entrevistar a professora Lúcia, que também é idealizadora, fundadora e primeira presidente da Associação.

Assim, inicialmente, agradecemos muitíssimo a sua gentileza de nos receber para esta entrevista, e pedimos que fale um pouco sobre como você começou sua trajetória docente e de pesquisadora das áreas das infância, adolescência e juventude.

Lúcia Rabello de Castro: Para mim, é uma alegria estar aqui com vocês, colegas queridos e de tanto tempo, e essa oportunidade é também para a gente repensar e descobrir outros aspectos que nunca tinha pensado. Falar não só de minha trajetória, mas também dos interesses que sempre me moveram ao longo da vida acadêmica e científica, sobre infância, adolescência e juventude. São temas que me acompanham desde sempre, eu acho. Eu diria que infância, adolescência e juventude são quase que uma segunda natureza minha, porque, desde que me formei, em 1974, essas temáticas me acompanham; então vocês imaginem! Quando eu saí da graduação, já tinha sido monitora de uma disciplina sobre o tema da infância e adolescência, e tinha formação em Psicoterapia Infantil. Ingressei

trabalhando na clínica de crianças quando fui para Inglaterra fazer meu mestrado e doutorado. Fiz também uma especialização em Psicoterapia de Crianças e Adolescentes.

Então iniciei minha vida profissional e acadêmica com esse interesse, e foi, eu diria, um interesse, assim, meio fortuito, porque eu tinha uma professora que me convidou para ser monitora da disciplina. Na época, uma característica muito presente da formação disciplinar em Psicologia é que não se falava em infância, adolescência e juventude. O significativo para abordar essas temáticas era desenvolvimento, então era a tal da Psicologia do Desenvolvimento o entendimento, a lógica que presidia o enfoque desse campo. Eu acho que foi uma bandeira, ao longo de minha vida, deslocar-me dessa ideia de desenvolvimento para pensar, de outra forma, à infância, à juventude e à adolescência. Mas eu fui formada nessa ideologia, vamos dizer assim, e, ao longo da vida, carreguei um pouco também dessa marca, tentando sempre me afastar. Eu acho que talvez tenha durado os dez primeiros anos de minha carreira para descobrir minha total não aderência a essa perspectiva científica da qual a Psicologia foi uma grande defensora, e tem sido. Mas também, muito felizmente, eu encontrei outras identificações e admirações ao longo da vida. Foi um tempo em que estudei muito a Escola de Frankfurt e a teoria social.

Depois, já na década de 80, comecei a participar do grupo de Sociologia da Infância e Sociologia da Juventude da Associação Internacional de Sociologia, que foram também marcas em minha vida, que me permitiram, pouco a pouco, fazer uma transição para mim muito importante e muito fundamental de pensar infância, adolescência e juventude de outra forma. De outra forma, mas no âmbito da Psicologia, porque isso é também um grande problema. Quando comecei a lecionar Psicologia, não de uma perspectiva desenvolvimentista, isso causou, e ainda causa, para os alunos, um estranhamento enorme; não falar de Piaget, Vygotsky, que são as grandes lideranças intelectuais dentro da Psicologia do Desenvolvimento da infância, isso é um anátema para algumas pessoas. Nas avaliações que faço com os alunos, eles redescobrem outras formas de ver e de pensar a infância, de formar um ponto de vista acadêmico-científico diferente sobre a infância, adolescência e juventude. Mas, no início, logo no início, agora não tanto, isso causava uma revolução, um estranhamento, às vezes, até uma recusa. Então teve aí momentos, assim, muito complicados, difíceis até institucionalmente, para justificar por que um programa na

Psicologia, na Graduação de Psicologia, não fosse estritamente dentro de uma ótica desenvolvimentista.

Acho que outro aspecto também importante (e eu fiquei, assim, bem à vontade quando vocês trouxeram esses três grupos) que, hoje, cada vez mais, são pensados separadamente, mas que estão, de alguma forma, irremediavelmente ligados: a infância, a adolescência e a juventude. Até porque, do ponto de vista da produção do conhecimento, eu diria, historicamente, que esses grupos sempre foram muito pensados juntos. Então, tanto na Psicologia se falava da infância, adolescência e juventude, só que a juventude veio a ser marcada um pouco mais tarde, por conta desse prolongamento da adolescência em termos de possibilidades de estudos, de permanência na trajetória ainda estudantil. É claro que essa marcação de um grupo específico como a juventude apareceu depois que eu me formei, ou seja, na década de 80. É quando começaram a se formar, institucionalmente, os grupos e instâncias de juventude, os institutos da juventude em Portugal, França, Canadá e outros países. No Brasil, só em 2013, com o Estatuto da Juventude, antes um pouco, com a Secretaria da Juventude, consolidou-se essa institucionalização da juventude como um grupo específico a ser atendido pelo Estado. Até então, se pensava nos jovens como parte dessa grande população composta por crianças, adolescentes e jovens. E, até hoje, eu diria assim, na literatura internacional, é muito comum que você fale crianças e jovens: tanto na produção do conhecimento, como em publicações, congressos, como também nos nucleamentos institucionais. A adolescência é muito a marca da Psicologia, enfocando os processos subjetivos de ingresso na vida adulta e as transformações subjetivas. Mas, do ponto de vista das políticas e das intervenções, estas se referem, ainda, muito frequentemente, a estes dois grupos: crianças e jovens. Muitas vezes, eles são referidos, tanto na literatura nacional como internacional, como um único grupo geracional, ainda que hoje as marcações etárias fiquem muito definidas.

Então, voltando um pouco, é importante, assim, me localizar, localizar minha trajetória no tempo, porque, tendo me formado lá em 74, vocês imaginem que isso foi pré-ECA, foi pré-movimentos da juventude, “pré” uma série de coisas que aconteceram muito mais nas últimas décadas do século passado e no começo de nosso século. E aí, eu acho que, do ponto de vista desses segmentos etários e populacionais, infância, adolescência e juventude, muita coisa aconteceu nestes últimos 50, 60 anos. Foram grandes

transformações que impactaram enormemente. E eu sou, assim, um pouco “pré”. Eu me formei muito dentro dessa visão, ainda bem sectária e bem disciplinar da Psicologia, tanto que, até durante muito tempo de minha vida, atuei como psicóloga clínica, com atendimento para crianças e jovens adolescentes, mas, hoje, eu me reconheço nessa área de confluência de saberes, e falo desse lugar, refletindo o ponto de vista de minhas articulações, de minhas alianças, de minhas identificações diversas, e não só no âmbito da Psicologia.

Equipe Editorial: Você trouxe um pouco dessas mudanças nos últimos 50 anos que a gente teve aí, não só nos estudos, nas práticas, nas intervenções com a criança, com o adolescente, com o jovem. Você poderia falar um pouco sobre os últimos 20 anos, localizando um pouco as juventudes brasileiras? Como você vê essas mudanças nestes últimos 20 anos, que marcas importantes na questão não só dos estudos, das pesquisas, mas nas práticas com esse público?

Lucia Rabello de Castro: Eu acho que, nestes últimos 20 anos, principalmente para o que hoje a gente denomina grupo específico de jovens, das juventudes, a partir das organizações internacionais, se estipulam, como esse grupo, as pessoas de 15 a 24, ou de 15 a 29 anos. É interessante comentar sobre isso, porque é algo que vem muito de cima para baixo, em certo sentido, porque são as organizações como OMS, UNICEF, UNESCO, Nações Unidas, até o Banco Mundial (porque este último é aquele que também vai financiar as intervenções ao redor do mundo) que vão definir esses parâmetros. Então, para esses organismos internacionais, é muito importante que se tenham parâmetros muito definidos para você dizer quem é o jovem, o sujeito das “intervenções”. Eu acho que isso tem aí suas dificuldades também, suas limitações, vamos dizer assim.

Mas estes últimos 20 anos, a meu ver, revolucionaram talvez o campo da juventude, pensando principalmente no Brasil. Como eu falei, a partir de uma mobilização internacional, o que acontece no Brasil a partir do governo Lula, do primeiro governo Lula, quando ele assumiu em 2002, se põe em marcha uma institucionalização dos interesses relativos a esses segmentos societários. Nas décadas de 80 e 90, instauram-se e implementam-se muitos institutos de juventude, centros de juventude no nível governamental de muitos países, principalmente europeus e Canadá, por exemplo, e até em outros países do Sul. E o que acontece a partir do primeiro governo Lula é, vamos dizer

assim, um voltar-se para esse segmento populacional com a ação do Estado, mobilizando os coletivos juvenis que já existiam, mas de forma dispersa e desorganizada, para acioná-los do ponto de vista da ação coletiva endereçada ao Estado. Nesse momento, oportunizou-se que essa institucionalização fortalecesse a ação desses coletivos, de suas demandas e da implementação, do começo da implementação de políticas públicas para juventudes.

É claro que isso começa lá com o governo Lula e culmina com a promulgação do Estatuto da Juventude, em 2013. Eu acho que isso teve um efeito societário enorme. Foi como se tivesse mexido ali nas entranhas do tecido social, ao visibilizarem-se as demandas dessa categoria social, de trazê-las ao debate público, de fazer aparecer grupos e coletivos com questões e pautas da juventude. Então eu considero que, a partir de 2002, a gente teve, dentro da sociedade brasileira, um divisor de águas em relação ao período anterior, na relação do Estado brasileiro em relação às juventudes. Foi nesse momento que também se instalou o grupo que fez a grande pesquisa nacional sobre a juventude, publicada depois pelo Instituto da Cidadania e a Fundação Perseu Abramo, obra que foi uma referência para uma avalanche de estudos sobre as juventudes.

Foi muito interessante que, também naquele momento, realizou-se o primeiro Jubra, em 2004, no Rio de Janeiro, organizado pelo NIPIAC (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas), da UFRJ. Teve, assim, uma sincronidade de ações e de mobilizações, e se criou aí uma configuração, eu diria uma estrutura de sentimentos, de afetos, de ideologias que propiciou tudo o que hoje a gente pode estipular como um campo de estudos das juventudes. Então, eu acho, é claro, que, se a gente não tivesse tido um governo sensível para o que estava ali emergente no âmbito das pautas e escalas mais amplas, talvez hoje a gente não tivesse isso, certamente esse campo não se estabeleceria. E não se estabeleceria assim, com essa amplitude com que ele se concretizou no Brasil, com essa profundidade que ele criou para uma onda muito favorável para os estudos das juventudes e para a formação de um campo de estudos, pesquisas e ações no campo da juventude.

Equipe Editorial: Aproveitando esse histórico que você faz dessa onda favorável e do início dos anos 2000, que está muito vinculado a um governo, a políticas públicas, como você vê essa lacuna de 2016 para cá? Porque a gente viveu, de fato, esse último governo de incertezas, principalmente de retiradas de direitos, de violências contra as juventudes,

especialmente as juventudes negras, indígenas, quilombolas. Como você avalia o impacto desse período de 2016 até 2022 sobre a formação de lideranças de jovens e também de organizações voltadas para a questão das juventudes?

Lucia Rabello de Castro: Obrigada pela pergunta! Talvez a gente não tenha nem muita distância ainda para avaliar com muita nitidez tudo que aconteceu, tudo o que esses quatro anos geraram para todos os grupos e, mais ainda, para os de maior vulnerabilidade. Para estes, os impactos foram, sem dúvida, mais perniciosos e realmente graves. Não sei se minha avaliação está correta, se vocês concordam, mas eu acho que o que aconteceu até a saída da Dilma pelo golpe (que foram praticamente assim quase 20 anos de permanência de políticas e de ações para a juventude) foi algo, assim, muito, muito importante e que deixou um lastro profundo na sociedade brasileira. Ainda que a ação do Estado nestes últimos quatro anos tenha sido de desmonte e de destruição daquilo que foi feito antes, eu acho que, na República brasileira, conseguiram-se avanços importantes. Nesse sentido, eu vou falar de dois aspectos, um perspectivado por uma escala maior, que eu acho que é até difícil de dar conta, e, por isso, a distância histórica ajudaria; e outro aspecto, perspectivado por uma escala menor, uma escala mais subjetiva, vamos dizer assim.

Eu acho que, na perspectiva dessa escala maior, ou seja, da ação dos grupos juvenis organizados e dos processos de institucionalização de demandas desses coletivos, o que se consolidou nos primeiros 20 anos deste século, ante as ações de desmonte desses quatro anos, teve um efeito que eu poderia dizer, assim, de acirrar os movimentos de resistência. Eu veria, por exemplo, do ponto de vista dos movimentos negros, como que, nesses quatro anos, sua resistência não arrefeceu e, nesse sentido, eu acho que até a presença de um inimigo assim, tão palpável, objetivo, facilitou esse recrudescimento de lutas que já estavam postas nessas duas primeiras décadas, mas que se viram nessa condição de terem de se fortalecer. E tudo acontece dentro de uma ação de Estado cooptada e inerte, em que tivemos acontecimentos muito importantes: a gente teve o assassinato de Marielle Franco e Anderson, tivemos a ação criminosa da polícia nesses governos estaduais, porque, aqui no Rio de Janeiro, talvez não tanto em São Paulo, em outras capitais, mas em algumas capitais, a gente teve governos alinhados com a ultradireita, e aí incursões em favelas, o aumento de assassinatos de jovens negros e tudo mais. Então, em certo sentido, ainda que esses movimentos tivessem se visto cada vez mais ameaçados em seus direitos, por outro lado, eu

acho que eles se viram também nessa contingência de ter aí esse adversário número um contra o que lutar. De alguma forma, do ponto de vista da raiva necessária, a gente precisa falar que a política é movida pelos sentimentos, como muitos teóricos hoje estão “descobrimdo”. A raiva e a indignação foram elementos emocionais necessários para se lutar e para não se tornar mais um que conta nas estatísticas dos que são eliminados. Eu acho que isso se colocou de forma contundente para os movimentos, os coletivos negros e os coletivos indígenas também.

Talvez a gente tenha menos notícias dos coletivos indígenas e de seus movimentos de resistência. Mas, até mesmo na própria revista que a gente edita (*Desidades*), a gente teve muitos trabalhos publicados sobre juventudes indígenas; e, no seminário que realizamos na UFRJ, teve uma fala importante de uma liderança indígena nesse sentido. Então, há organizações que estão de pé. Elas não se desorganizaram com a ação do último governo. Mas o que a gente nota, do ponto de vista subjetivo, é outra história. Do ponto de vista subjetivo, e aí a gente está falando especificamente do sujeito, da subjetividade, o que esses quatro anos repercutiram do ponto de vista da subjetividade foi um terror, porque, simultaneamente ao enquadre mais macro, você tem um aumento de suicídios, de quadros depressivos na juventude e na adolescência; você tem aumento de quadros de automutilação; e, falando um pouco da minha experiência na escola, e das escolas onde colegas trabalham, você tem um ambiente de muita desesperança, de muita falta de perspectivas. Isso eu acho que a gente pode atribuir ao que a gente viveu no Brasil nesses quatro anos, de um Brasil movido pelo ódio, pela mentira, o que afetou a todos.

E acho que, principalmente, o que afeta os jovens, em muitos sentidos, da creche ao fim do ensino médio, que se acirrou ao longo desses quatro últimos anos de governo federal, foi um total abandono, descaso, negligência em relação à educação. Então, o fato de as crianças não terem o reajuste da merenda, o fato de as meninas não poderem ter o absorvente para ir para escola, o fato de se aprovar uma reforma de ensino médio totalmente na contramão de se mitigar as desigualdades sociais no país fazem com que as crianças, os jovens, os adolescentes não compreendam sua relação com a sociedade nem por que estão na escola, afinal. E dizer isso, dessa forma, talvez não explicita suficientemente o sofrimento social intenso dessa situação. Porque não entender o porquê estar na escola é desacreditar no outro, é não entender a própria vida. É se sentir

assujeitado a uma condição de servidão, de falta de liberdade, subjugado a uma estrutura, que é a estrutura escolar, ao que os adultos querem. E aí a única saída é tornar-se indiferente a tudo e a todos. Há assim a necropolítica da escola, que é a indiferença, o cinismo e também o ódio. Estar pouco se lixando, estar querendo mais é ferrar com o professor, ferrar com a aula, *et cetera* e tal.

Eu acho que, do ponto de vista subjetivo, ainda que possa parecer contraditório, a desesperança venceu a raiva. Porque, falávamos da raiva, ela é um elemento essencial para a política e é um elemento essencial para a saúde psicológica. Então, se o sujeito transforma a raiva em ódio, ou indiferença, ele vai perder todas as chances de utilizá-la para canalizar suas energias, para derrotar aqueles que ele tem de derrotar, para politizar sua vida e ver sentido político em sua vida, e ver qual é seu real adversário político. Então eu acho que, subjetivamente, o impacto desses quatro anos foi muito desastroso. Eu acho que tem sido e ainda vai ser por muito tempo.

Equipe Editorial: Realmente, Lucia, foi devastador. Foram quatro anos devastadores. Estamos fazendo esta entrevista no dia 14 de março de 2023 e, hoje, faz cinco anos do assassinato de Marielle Franco e Anderson, motorista dela. Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada, não se sabe quem mandou, desconfia-se quem fez, mas é um caso muito importante, é um caso de violência política contra uma mulher negra, favelada, periférica, mãe, lésbica, feminista, uma pessoa que estava dando voz a muitas críticas e também reivindicações. É uma data muito significativa e é muito bom a gente fazer esta entrevista hoje, falando aqui de juventudes, porque Marielle é o exemplo de uma jovem, uma pessoa que nasce no lugar de “desprivilegio”, vamos dizer assim, e que se torna uma liderança política importantíssima. As lideranças políticas são importantes, é muito importante a gente acreditar na liderança política e que as lideranças políticas venham não só de onde têm vindo muito fortemente no Brasil, nos últimos anos, de um lugar que é de um homem, sim, de branco, de uma classe mais privilegiada. Mas que também venham desses lugares. E a sua fala foi ótima nesse sentido, Lucia, porque a gente está aqui no campo da academia, muito fortemente. Todos nós aqui somos professores e professoras, criamos a Redejuba, essa associação nacional que nasce desse lugar, do Juba, como você falou, que é um simpósio sobre juventudes, é um simpósio majoritariamente frequentado, organizado e produzido por pessoas que estão na academia, que estão nas universidades,

nas escolas. Em 2023, teremos o IX Jubra na cidade de Teresina, Piauí, realizado por um consórcio de grupos de pesquisas. Então, quando a gente olha seu currículo, sua história, você tem uma atuação muito forte nessas redes de pesquisa, desses grupos de pesquisa, e agora a gente não pode nem deixar de falar aqui no NIAJ, que está em plena gestação, um núcleo que pretende colocar a interdisciplinaridade como metodologia de pesquisa e de ensino. Fale para a gente dessa questão da interdisciplinaridade, porque você está liderando tão fortemente esses debates sobre interdisciplinaridade; como seria a gente olhar para as questões de juventudes a partir da interdisciplinaridade de múltiplos olhares e o que isso poderia trazer de positivo para esse campo de pesquisa, talvez não só de pesquisa, mas também de atuação. Também nos fale sobre essa proposta do mestrado interdisciplinar e, se puder fazer aqui, uma prospecção em partes até epistemológicas e também no campo de atuação profissional.

Lucia Rabello de Castro: Eu acho que não se pode tratar da interdisciplinaridade sem falar da disciplinaridade, até porque a gente ainda é formado dentro da caixinha disciplinar. Mas vamos então pensar nessa concepção de infância, adolescência e juventude como campo interdisciplinar. O campo que congrega, inter ou multidisciplinarmente, vários olhares significa fazer valer esses vários olhares disciplinares produzindo algum conhecimento e ações novas. Eu diria que foi o que aconteceu em minha própria trajetória pessoal, mas também foi como essa área ou essas áreas foram se conformando.

Algum tempo atrás, eu escrevi um artigo, que foi até resultado de uma comunicação dentro de uma mesa-redonda em que a gente estava junto, (nome omitido), lá no Jubra de Fortaleza, sobre as teorias das juventudes. A questão que analisei é onde estariam os jovens dentro das teorias da juventude, e aí tento brincar um pouco com a ideia de que, se você olha o estrutural, se você olhar a sociedade, o fazer societário, você não pode fazer isso sem olhar a subjetividade. Essa concepção pressupõe um olhar que possa configurar um campo dinamicamente, enredando tantos aspectos mais estruturais como os mais subjetivos, podendo abarcar essa inter-relação que vai necessariamente trazer a contribuição tanto da Sociologia quanto da Antropologia e da Geografia como também da Psicologia e da Psicanálise, isso só para designar algumas Ciências Humanas e Sociais.

É interessante que esse campo da juventude no Brasil foi tomando corpo nas duas primeiras décadas deste século. Houve também certo movimento de se disputar esse

campo disciplinarmente, que foi ruim, porque esse campo não vai pertencer só à Sociologia, seja porque se atribui à Psicologia o campo da adolescência ou por outras razões. Eu acho que não se trata disso, e sim que precisamos ter uma visão mais ampla, como foi lá atrás, quando alguns sociólogos falaram da juventude, como Maria Alice Foracchi, uma das pioneiras, Otávio Ianni e outros; e eles falaram de jovens, falaram de adolescentes, misturaram um pouco esses termos. Não estavam preocupados em saber se o jovem era dos 15 a 24 ou se o jovem era diferente do adolescente. Eles estavam interessados em questões relevantes daquele momento histórico, por exemplo, as contradições em relação ao ingresso na vida adulta para jovens de classe média, as trajetórias estudantis e como essas trajetórias se diferenciavam nas diferentes classes sociais. Em termos do Brasil, talvez hoje estejamos em um momento melhor para a gente reivindicar a interdisciplinaridade nesse campo, já que nos damos conta da insuficiência e limitação do olhar meramente disciplinar.

Talvez, alguns anos atrás, havia uma demanda de se definirem e se disputarem os objetos no espaço disciplinar, ou “quem é o dono dessa área”, por assim dizer. Também no âmbito da Psicologia, há uma disputa entre Psicologia e Educação em relação à infância, que também não é muito salutar. Parece que, cada vez mais, nós, como profissionais e acadêmicos dentro da área de infância, adolescência e juventude, temos de fazer o trabalho subjetivo, interno, e também acadêmico, de navegar nessa pluralidade de olhares, pluralidade de concepções, de formas de entendimento, o que é difícil, mas é possível. Essa marca da interdisciplinaridade já estava lá quando a gente fundou o NIPIAC, em 1998. Porque o NIPIAC já era um núcleo interdisciplinar, apesar de estar localizado no Instituto de Psicologia. Logo depois, aportou na Faculdade de Educação, no Instituto de Psiquiatria. A tentativa sempre foi de alcançar outros colegas, alcançar outras contribuições diferentes que pudessem somar para configurar um campo que pudesse estabelecer diálogo e trocar. Isso está cada vez mais fortemente presente, eu diria que até parece ser uma regra que se está colocando do ponto de vista dos grupos internacionais no campo das juventudes e das infâncias.

Por exemplo, o grupo da Sociologia da Infância, da Associação Internacional de Sociologia, ou o grupo da Sociologia da Juventude são grupos multidisciplinares que congregam sociólogos, geógrafos, historiadores, antropólogos, psicólogos e outros que

dialogam sobre esses temas. Outros grupos que estão nascendo, grupos de pesquisas internacionais, congregam contribuições de pesquisadores de vários países e várias perspectivas disciplinares. São grupos que emergem movidos por uma questão de investigação, juntando pesquisadores de *backgrounds* acadêmicos diversos, em termos disciplinares. A formação disciplinar não se torna proeminente no sentido de impedir o diálogo, muito pelo contrário. Em alguns financiamentos internacionais, o que se busca são grupos interdisciplinares no campo da infância, adolescência e juventude. A gente pode dizer que tanto o NIPIAC quanto o NIAJ estão completamente inseridos dentro de como hoje está se concebendo a área, que tem de construir uma visão multifacetada. É o caso de outras áreas, como a do meio ambiente. A questão ambiental não define um só campo disciplinar, mas tem de congregiar muitas disciplinas. A área de segurança pública também, assim como a de infância, adolescência e juventude. Vamos dizer que, dentro da caminhada do NIPIAC, nós construímos uma concepção dessa área como área interdisciplinar dentro da universidade, institucionalizando o núcleo de estudos de infância, adolescência e juventude. E, eventualmente, optamos pelo caminho de institucionalizar a formação interdisciplinar de pesquisadores através da proposta de criação de um programa de pós-graduação em infância, adolescência e juventude interdisciplinar, que vai ser pioneiro no Brasil.

Na América Latina, tem em Manizales, na Colômbia, um programa bem forte, importante, que chama os jovens pesquisadores de toda a América Latina para estudarem lá. Então esperamos também que possamos ser outro polo aqui, no Rio de Janeiro, congregando várias universidades; porque não é só a UFRJ, temos colegas da Unirio, da UERJ, UFF, enfim, somando forças para que essa capacidade instalada aqui no Rio de Janeiro possa se reverter para muita gente, dentro dos estudos interdisciplinares de infância, adolescência e juventude, com essa grande marca que é a interdisciplinaridade. A necessidade desse diálogo entre disciplinas para compreender uma mesma questão sob vários ângulos, nós vemos como fundamental, portanto essa compreensão não pode ser limitada a apenas um olhar disciplinar. Então esse é o momento em que a gente se encontra hoje, e a nossa proposta de um programa de pós-graduação nessa área está lá na avaliação da CAPES. Vamos ver se desenrola bem, oxalá!

Equipe Editorial: Lucia, você estava falando um pouco dessa interdisciplinaridade, dessa necessidade de você olhar a área da infância, adolescência e juventude sob essa perspectiva, seja teórica, epistemológica, sob o foco interdisciplinar, mas a gente também não pode deixar de considerar que a pedra fundadora, junto com o NIPIAC, foi o Jubra, né, e que a gente tá aí, na nona edição. O Simpósio Internacional, de alguma forma, traz essa diversidade de conceitos, de pessoas que estudam, de pesquisadores que investigam, de militância política na área das juventudes. Então eu queria que você pudesse explorar um pouquinho pra gente, falar um pouquinho dessa trajetória do Jubra. Você, inicialmente, lá atrás, disse que ele começa em 2004, com mudanças, em 2002, bastante importantes, mudanças políticas nessa área, então a gente queria ouvi-la um pouco. Você poderia falar dessa trajetória do Jubra que hoje se constitui numa rede de pesquisadores e pesquisadoras do Brasil? Como foi essa trajetória do Jubra para que hoje se constitua como uma rede interdisciplinar nessa área?

Lucia Rabello de Castro: O primeiro Jubra aconteceu em 2004, na UFRJ, e a própria concepção do Congresso como um congresso ligado à juventude brasileira, mas internacional, poderia parecer contraditória. O Jubra, como simpósio internacional sobre a juventude brasileira, emerge no âmbito de uma concepção que marca uma dinâmica: congregar pesquisadores brasileiros que estão interessados nas juventudes, mas, ao mesmo tempo, fazer um diálogo internacional sobre isso. A ideia do internacional era que o Congresso pudesse ter o forte dele como uma reunião de pesquisadores, de lideranças, profissionais e de jovens brasileiros que estão no território brasileiro, mas que isso não propusesse um enclausuramento, um olhar para dentro, mas que pudesse também dialogar com outras pesquisas internacionais e com outros pesquisadores, com outros jovens para além do território brasileiro. Então essa era uma grande ideia mestra da concepção do Jubra.

Outra ideia mestra da qual o Jubra nasceu foi justamente a da interdisciplinaridade. O primeiro Jubra teve como subtítulo educação, saúde e cidadania, como se a gente quisesse, ao marcar esses três eixos, trazer disciplinas que pudessem estar ligadas a esse leque amplo: Ciências Sociais, Ciências da Saúde e Ciências da Educação. Enfim, que o foco fosse a juventude ou as juventudes, independentemente de onde você estivesse localizado na academia, disciplinarmente falando. E a outra linha mestra era justamente o diálogo com a

sociedade civil, ou seja, que a universidade também se abrisse às contribuições de quem estava lá no chão da escola, quem estava lá nas lideranças comunitárias, quem estava lá nos movimentos sociais. Essa abertura para as contribuições da sociedade civil também foi algo importante como uma ideia mestra na concepção do Congresso. Claro que, embora cada Jubra tivesse essas três linhas mestras, cada evento concretizou essa concepção geral, conforme foi possível e conforme sua organização local pensou. Porque, às vezes, a gente pensa uma coisa e não dá para fazer. Outras vezes, se enfatizou mais um aspecto do que outro. Mas isso que é uma coisa muito bacana, porque o Jubra teve esta característica, de ser um congresso itinerante no Brasil, e, assim, não permanecesse só no Rio de Janeiro, e que outros grupos pudessem assumir o Jubra nessa tarefa hercúlea, heroica de realizá-lo, e fazer da forma como cada grupo da comissão local pôde idealizar. E foi o que aconteceu. Eu acho que é uma coisa super bacana essa rede, e tomara que continue, que tenha uma longa vida. É claro que toda essa trajetória precisou de muita conversa, muito convencimento, muita articulação nacional. Quando a gente terminou, veja bem, quando a gente fez o primeiro Jubra, era para ficar aí. Nós não tínhamos ideia de que era um congresso que poderia permanecer. Só que, no fim do Congresso, nos dias finais do Congresso, a gente fez uma reunião com alguns pesquisadores, aberta a todos, e a gente pensou que aquele Congresso deveria continuar.

Então foi uma coisa que emergiu do Congresso, de estar junto ali, daquela energia toda, daquilo que se criou sentimentalmente, afetivamente, ideologicamente, politicamente... E a gente viu que era necessário continuar. Já no último dia, no último horário, a gente fez uma primeira reunião para discutir essa continuidade. Fizemos também uma reunião com os canadenses do Observatório Jovens e Sociedade, da Universidade de Québec, que vieram a nosso convite. Foram alguns dos convidados internacionais que a gente teve. Madeleine Gauthier era uma liderança dos estudos da juventude lá, em Quebec. Ela falou assim: “A gente pode apoiar vocês!”. Então teve também a simpatia dela, de que a gente deveria continuar e ela iria cavar lá recursos junto ao governo canadense. Nós ficamos muito entusiasmados e depois trabalhamos com essa ideia de fazer um congresso permanente. Assim, o primeiro Jubra, que, ao se lançar, foi só Jubra, ganhou o nome de Jubra I retrospectivamente. Mas, ao longo dos anos, foi um trabalho muito grande de conversa política com grupos de juventudes na academia que eu conhecia e que poderiam

estar interessados, e poderiam ter condições de assumir essa tarefa. Fazer um congresso é uma tarefa grata e bacana, mas difícil. É muito energética, necessita de muita disponibilidade interna das pessoas envolvidas na organização. Aí, ao longo dos Jubras, foi também emergindo outra ideia de que talvez a gente devesse fazer uma associação, isso por conta da grande dificuldade de financiamentos.

Eu me lembro de que, no primeiro Jubra, porque era um congresso novo, a CAPES e o CNPq resistiram em financiar, deram pouquíssimos recursos. Mas, quando você tem uma longa trajetória, o 11º evento, o 15º, é mais fácil. Para o primeiro Congresso, que estava estreando, era, no máximo, 5 mil reais. Eu me lembro de que a gente gastou quase 200 mil reais no primeiro Jubra, mas foi um congresso que teve 1.300 inscritos naquela época, 2004. Para mim, pessoalmente, teve um custo: foi quando começou a insônia em minha vida, porque eu fiquei assim pensando: como eu pagaria as contas? É claro que teve muita gente envolvida, Sônia Borges foi a grande parceira; Jacqueline Chaves, outra grande parceira. Assim, foi muita coisa: cavar recursos, organizar tudo, foi coisa demais... Mas conseguimos até pagar as contas, e ainda sobrou grana. Enfim, acho que a ideia da Associação vai se tornando cada vez mais premente por conta das aflições da comissão organizadora local. Ela fica no aperto de como vai financiar o evento. Ela já tem de fazer, por exemplo, o site dois anos antes do evento, quando ela tem zero de financiamento. E já tem de pagar, pelo menos, uma parte desse custo. Então, isso é crucial, né! E a gente imaginou que uma associação fosse dar um calço em relação a isso. Junto com isso, é claro, outras motivações.

Eu acho que o movimento Jubra foi ganhando também muito lastro, e as pessoas perguntavam, entre um evento e outro, quando seria o próximo. Porque, no momento em que ele aconteceu inicialmente, lá em 2004, foi o primeiro Congresso que existiu sobre juventude, e aí, é claro, depois apareceram outros congressos sobre adolescência, jovens. A magnitude do Jubra, que reuniu sempre muita gente, criou também um foco sobre ele. Criou uma demanda, vamos dizer assim, de existir até para congregar pesquisadores, estudantes profissionais, lideranças comunitárias, os movimentos sociais em torno deste tema tão importante: as juventudes brasileiras. Então, eu vejo que a Associação foi um grande passo.

A fundação da Associação e a aprovação do estatuto só ocorreram no VII Jubra, em Fortaleza. A gente tomou esse passo pensando que a associação pressupõe um grupo de

lideranças que tenham essa disponibilidade, que ponham à frente as coisas. Isso é importantíssimo do ponto de vista de você dar lugar institucional a movimentos que estão sendo importantes dentro da sociedade e que estão criando também demandas importantes de debate público. Nesse sentido, a associação possibilitou uma existência mais institucionalizada ao debate público sobre juventudes, e isso dá um patamar diferente em termos de intervenções públicas, em termos de ações, em termos de visibilidade. Por exemplo, se a gente quiser, como rede de pesquisadores, ter um assento numa secretaria da juventude, a gente poderia reivindicar, porque nós temos uma voz e representação que congrega pesquisadores nacionalmente. Tem aí um regimento, tem normas para se associar, é um espaço construído ao longo do tempo e que consolidou, como vocês colocaram, uma rede com uma repercussão nacional

Equipe Editorial: São muitas lembranças importantes, por isso é muito bom estar ouvindo você aqui. E tem uma última questão sobre o que a gente queria ouvi-la um pouco, sobre perspectivas, futuros possíveis, amanhã desejáveis. O que você consegue visualizar para nossas crianças, nossos adolescentes e nossos jovens no mundo, mas sobretudo aqui no Brasil?

Lucia Rabello de Castro: Pergunta difícil. Eu acho que a pergunta fala muito de nosso horizonte de esperança, mais, o horizonte de desejo, porque a gente está pensando no que seria possível, no que seria ideal. Então, estamos reverberando no futuro o campo de nossos desejos, de nossos ideais. Desde sempre, minha vida sempre foi muito atravessada pela juventude, no sentido dessa visão que a juventude empresta para a gente, que já não é mais jovem, do ponto de vista da trajetória biográfica pelo menos. Empréstimo no sentido de almejar possíveis, que é um campo muito maior do que o presente, tal como é. E que acreditar nessa visão de que tudo é possível, porque é por onde se experimenta, por onde se tenta e por onde se fazem, vamos dizer assim, as mudanças, que nem sempre são ou acontecem do jeito que foi planejado. Então, eu acho que é assim: é como se você, ou as ações humanas, de modo geral, e aqui me inspiro em Hannah Arendt, elas não têm um resultado exato em relação ao que a gente imagina, planeja; ainda bem! Elas estão no campo da imprevisibilidade. E eu acho muito bom que você, como adulto, seja afetado por um campo de possibilidades quase que total; de que tudo é possível, tal como é para o

jovem mais fácil imaginar. E também que a gente possa estar aberta ao que acontecer, os possíveis e os impossíveis.

Nessa condição de estar sendo sempre afetada pelos jovens e pelas crianças, e não desistindo do horizonte de desejos, eu acho que algumas coisas, para mim, hoje, se fizeram muito fundamentais que possam vir a acontecer um dia. Sendo até parcimoniosa na escolha, o que eu escolheria, por exemplo, talvez até por conta da minha trajetória, é que tivéssemos uma educação pública digna para nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens. Eu fiz minha tese de doutorado na Inglaterra, mas fiz o campo empírico no Brasil. Naqueles tempos, minha bolsa do CNPq foi cortada porque não era permitido, na época, estudar no exterior e fazer o trabalho de campo aqui. Tive de ficar sem bolsa, mas eu acreditava que eu tinha de fazer meu campo aqui; e meu campo foi sobre a escola, não foi com crianças, foi sobre professoras.

Desde aquela época, começo de 80, eu faço pesquisa na escola; até hoje, 2023, a escola continua precária, como sempre. A escola pública continua precária. Eu acho que isso é a necropolítica educacional de nosso país. Isso mata a esperança, motivação, desejo de nossos jovens, de nossos adolescentes. Então, se eu pensasse nos futuros possíveis, eu falaria que nem os adolescentes, os jovens... Eu quero uma escola que nem a escola particular, onde eu tenho um armário para guardar meus livros, por que não? É claro, com todas as outras coisas, além do armário... Acho que é inadmissível que um país como o Brasil, com a economia que o Brasil tem, a riqueza que o Brasil produz, tenha uma educação pública como a gente tem, é inadmissível! Nossa elite é uma elite que padece de muita cegueira, muita ignorância e também muito autoritarismo, e muito racismo. Tudo junto para impedir, porque existem impedimentos reais, de que nossa educação pública possa ter capacitação, possa ter melhores condições. E a gente está falando também da universidade pública, porque as universidades públicas também sofreram, ao longo destes seis últimos anos, cortes, cortes e cortes. Eu falo assim pelo orçamento da UFRJ, que eu conheço mais de perto, como representante do Consuni e de outras instâncias. Enfrenta-se uma dificuldade muito grande para manter o custeio. Então, a falta de assistência estudantil, a falta de possibilidade de consolidar aquilo que as cotas fizeram, de poder permitir que alunos negros, indígenas, com deficiência pudessem estar presentes na universidade hoje. Mas que, ao mesmo tempo, eles são expulsos porque não têm assistência estudantil,

bandejão, alojamento, então isso é complicado. Esse talvez seria meu grande horizonte de desejo de um amanhã possível para crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

Muita coisa já mudou com a implementação das cotas nas universidades; imagine se isso fosse uma política consistente, inexorável dentro deste país? Este país, em vinte anos, teria uma cara completamente diferente. Você imagina que isso teria um efeito até nas escolas públicas, com crianças e jovens, e esse país, em uma geração, sei lá, teria outra cara. Acho até que as questões enormes que se enfrentam hoje, como o genocídio de jovens pretos, poderiam também, de alguma forma, ser mitigado com esse fortalecimento da educação pública de qualidade nas universidades para os jovens, nas escolas públicas, para as crianças e os adolescentes. Então, eu vejo essa transformação como uma grande possibilidade, eu elegeria esse amanhã possível entre tantos outros. Claro que estamos falando de uma “longa revolução”, como diz Raymond Williams. E falando mais de minha área de pesquisa, desejaria uma escola que fosse mais paritária, que fosse mais democrática, em que as crianças pudessem escolher mais, pudessem ter uma participação maior no que elas vão estudar, o que elas querem estudar. E aí todos esses possíveis envolveriam certamente um olhar e cuidado, além da responsabilização, da sociedade brasileira, do Estado brasileiro em relação à educação pública de qualidade.

Equipe Editorial: Ótima sua fala, Lucia! Nós partilhamos a ideia de fazer essa entrevista com você, que é uma inspiração para todos nós. Uma inspiração de generosidade em sua forma de ser liderança nesse campo. A gente pode ser liderança de várias formas. A gente observa isso não só na política, mas também na academia. Você falou nas disputas, nas disputas predatórias, e você tem feito essa liderança de uma forma muito inclusiva, muito generosa. Isso falta muito nas associações, nas redes, nos eventos, nos grupos, nas universidades. Então, a gente acaba transmitindo para as novas gerações essa forma de ser liderança, sem incluir a generosidade, e isso tem um impacto até na política cotidiana, vamos dizer assim, na política institucional. A gente observa, na política dos partidos, nas políticas muito predatórias. Então, acho que isso fica para a gente, como você falou desse esperar, é você deixando a gente atravessar por esse fluxo de energias boas que vem das juventudes. Isso mexeu muito com nossas emoções aqui. É muito bonito, queremos agradecê-la. Ficamos muito felizes, sobretudo nesta articulação que você fez agora, no último momento, falando da potência dos jovens, das crianças na vida dela. É isso que

inspira muito a gente neste debate. Então, passamos para suas palavras de encerramento, depois de emocionar a gente bastante com as suas questões.

Lucia Rabello de Castro: Eu só tenho a agradecer vocês imensamente. Acho que não só por estarem aqui conversando sobre essas questões que movem todos nós, mas também pela generosidade de estarem à frente da Rede, nesse trabalho de carregar piano. Assumir esse lugar de estar à frente de alguma coisa é sempre um trabalho muito generoso, mesmo que possa ser feito de várias formas. Tem gente que assume, e os outros que carregam o piano. Estar à frente da Redejuba é um trabalho muito necessário. É muito importante que as coisas possam não só acontecer, emergir, em termos de ideias, sentimentos, até de fazeres coletivos, mas também que elas possam ganhar certa residualidade. Se as coisas que são importantes não geram uma institucionalidade, elas acabam se perdendo. Eu acho que isso é muito ruim, porque nossa vida fica empobrecida, porque temos de iniciar assim, meio do zero, sempre. E foi muito corajoso de vocês assumirem essa liderança da Rede neste momento. E agora, a (nome omitido) assumindo a liderança do IX Jubra. Fico super feliz de poder estar na Rede, trocar com vocês e compartilhar com vocês este espaço, que é um espaço que precisa de lideranças que se comprometam. Alguém tem de assumir, alguém tem de levar à frente, alguém tem de continuar, vamos dizer assim, o trabalho.

E obrigada também por me fazer pensar sobre todas essas questões importantes. Quando a gente fala, a gente observa como que é importante a gente conversar e como que ficaram difíceis e raros esses momentos de conversa, porque, depois da pandemia, os encontros ficaram mais difíceis. É uma coisa para a gente pensar, como que a gente está impactado ainda por essas sequelas da pandemia. Que está fazendo muita falta conversar de perto, retomando todas as conversas. Por isso, (nome omitido), que vai ser muito bom ter o Jubra, mesmo que seja híbrido, mas que seja possível também a gente estar junto. Eu acho que isso está fazendo muita falta, por incrível que pareça, faz muita falta, e, na academia, tem feito muita falta. Obrigada por estarmos juntos, pelo menos *on-line*. Obrigada a todos, obrigada vocês!

Equipe Editorial: Nós que agradecemos!

Sobre as autoras

Heloisa Dias Bezerra

Doutora em Ciência Política (IUPERJ), Brasil, e professora titular na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Infância, Adolescência e Juventude (NIAJ-UFRJ), Brasil. Presidenta da Redejuba (Associação Nacional Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude Brasileira). *E-mail*: heloisa.bezerra@unirio.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5199-5330>

Beatriz Akemi Takeiti

Terapeuta ocupacional, doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Docente no Departamento de Terapia Ocupacional, na Faculdade de Medicina e no Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, EICOS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente faz parte da diretoria nacional da Redejuba, desenvolve pesquisas nas áreas de Terapia Ocupacional no campo social e Psicologia Social e as interfaces com a cultura e a educação. *E-mail*: biatakeiti@medicina.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2847-0787>

Flávio Munhoz Sofiati

Professor associado na Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO, Brasil. Membro do Núcleo de Estudos de Religião “Carlos Rodrigues Brandão” (NER), UFG; bolsista produtividade do CNPq, Brasil; doutor em Sociologia pela USP. Membro do Observatório Juventudes na Contemporaneidade e da Redejuba. *E-mail*: sofiati@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6422-4471>

Lila Cristina Xavier Luz

Doutora em Serviço Social (PUC-SP). Realizou pós-doutorado na Universidade Nacional Autônoma de México (UNAM) e na Universidade Nacional de Colômbia (UNC). Professora na Universidade Federal do Piauí (UFPI), no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/CCHL) da instituição e coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Criança e o Adolescente (Nupec). É membro do GT de Infâncias e Juventudes da Clacso. Tem experiência em pesquisa nas áreas do Serviço Social, atuando nos seguintes temas: trajetórias juvenis, desigualdades sociais, direitos e cidadania. *E-mail*: lilaluz@ufpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7301-0187>

Recebido em: 25/04/2023

Aceito para publicação em: 01/05/2023